



Carta compromisso dos/as candidatos ao Governo do Distrito Federal para a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas

A construção de uma Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, com ênfase na desinstitucionalização, na atenção psicossocial de base territorial e comunitária, no cuidado em liberdade, com autonomia, proteção e promoção dos direitos humanos e da participação social, constitui as bases do compromisso que buscamos com os/as candidatos/as ao Governo do Distrito Federal para o campo da saúde mental.

No Distrito Federal, a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas vem se desenvolvendo de forma insuficiente diante das necessidades dos/das usuários/as. Desde 2014, tivemos aumento de cobertura de apenas um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Qualificar os cuidados em saúde mental à população do Distrito Federal requer compromissos e ações para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, público, estatal e com financiamento para fortalecer e ampliar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de forma integrada, resolutiva, consoante com serviços diversos e tendo os CAPS como estratégicos na ordenação e regulação do cuidado em saúde mental, articulados com a Atenção Primária à Saúde e outros dispositivos de cuidado da RAPS.

Desta forma, convidamos os candidatos e candidatas ao GDF nas eleições de 2022 para se comprometerem com as deliberações da 3ª Conferência Distrital de Saúde Mental realizada nos dias 22 e 23 de junho de 2022; com as recomendações do Estudo Técnico realizado pela Diretoria de Serviços de Saúde Mental, em resposta à demanda vinculada à Ação Civil Pública Nº 2010.01.1.067203-4 de 2022, oriunda do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e com as diretrizes propostas no documento orientador da 5ª Conferência de Saúde Mental, a ser realizada em 2023.. Esses documentos são essenciais para subsidiar a revisão do Plano Diretor de Saúde Mental do DF, com ampla e ativa participação dos segmentos de gestão, trabalhadores/as, usuários/as e seus familiares, além dos Conselhos Distrital, Regionais e Locais de Saúde. São também norteadores da construção de políticas públicas que concretamente atendam às necessidades de saúde mental da população, em um compromisso efetivo com a Reforma Psiquiátrica e Sanitária, e com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de uma Rede de Atenção Psicossocial de base comunitária. É preciso assegurar o direito das pessoas serem tratadas com dignidade diante do sofrimento mental; sobretudo aquelas que cotidianamente têm seus direitos violados, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, população negra e LGBTQIA+, pessoas que compõem



povos tradicionais, pessoas com deficiência e aquelas com uso prejudicial de álcool e outras drogas, dentre outras em situação de violação dos direitos de cidadania.

É urgente o compromisso de agentes públicos, lideranças políticas e governantes com a garantia do cuidado em liberdade, do estímulo à cidadania e autonomia dos sujeitos, para assegurar maior qualidade de vida à população, na perspectiva dos direitos e do cuidado em saúde mental, de forma integral, universal, igualitária, equitativa, pautados na justiça social.

Brasília, 23 de setembro de 2022.

Elaboração:

Movimento Pró-saúde Mental do DF

Observatório de Saúde Mental (Obsam/UnB)

Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Sociedade e Política Social (GEPSaúde/UnB)

Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/DF)

Conselho Regional de Psicologia (CRP/DF)

Apoiadores:

Utopia Viva

Movimento População de Rua

CORONEL MORENO/LUIZ GUSTAVO

LEILA DO VÔLEI/GUILHERME
CAMPELO

IBANEIS ROCHA/CELINA LEÃO

LUCAS SALLES/PASTORA
SUELENE

IZALCI LUCAS/BETH CUPERTINO

PAULO OCTAVIO/FELIPE
BELMONTE

KEKA BAGNO/TONI DE CASTRO

RENAN ARRUDA/MAURO
MOURA

LEANDRO GRASS/PROFa. OLGAMIR

ROBSON DA SILVA/ZANATA

TEODORO CRUZ/JAMIL MAGARI